SEFIN-CE

Analista Fazendário Municipal

Área de Conhecimento: Psicologia

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais..... 7
Domínio da ortografia oficial. 8
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.... 9
Emprego de tempos e modos verbais..... 11
Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 16
Emprego das classes de palavras..... 21
Emprego dos sinais de pontuação 32
Concordância verbal e nominal. 37
Regência verbal e nominal..... 39
Emprego do sinal indicativo de crase..... 42
Colocação dos pronomes átonos 43
Reescrita de frases e parágrafos do texto 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 45
Significação das palavras..... 47
Redação e correspondências oficiais. Manual de Redação da Presidência da República. 48
Exercícios 66
Gabarito..... 83

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estruturas lógicas 1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. 2
Lógica sentencial (ou proposicional): proposições simples e compostas; tabelas-verdade; leis de Morgan; 3
Equivalências 6
diagramas lógicos..... 12

Maxi educa

SUMÁRIO

Lógica de primeira ordem. 16
Princípios de contagem e probabilidade. 16
Operações com conjuntos. 22
Problemas aritméticos, geométricos e matriciais 26
Exercícios 29
Gabarito 33

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Lei orgânica do Município de Fortaleza/CE 1
Lei nº 6.794/1990 e suas alterações (Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza) 64
Lei Complementar nº 159/2013 e suas alterações (Código Tributário do Município de Fortaleza); 98
Regulamento do Código Tributário do Município de Fortaleza aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015 suplemento do Diário Oficial do Município nº 15.674 de 22 de dezembro de 2015. 98
Taxa do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (TMRSU):
Lei 11.323/2022 99
Lei 11.337/2023 102
Exercícios 103
Gabarito 109

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e moral 1
Ética, princípios, valores 2
Ética e democracia: exercício da cidadania 3
Ética e função pública 4
Ética no setor público 8
Lei nº 8.429/1992. Disposições gerais. Atos de improbidade administrativa 13
Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) 29
Exercícios 36
Gabarito 40

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Princípios Fundamentais. 1
Direitos e Garantias Fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais. 2
Organização do Estado. Organização da União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e dos Territórios. 9
Administração Pública: disposições gerais, servidores públicos civis. 19
Poderes da União 27
Exercícios 62
Gabarito 72

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios do Direito Administrativo 1
Atos Administrativos. Conceito, requisitos, atributos, classificação, invalidação 6
Servidor Público. Lei nº 6.794/1990 e suas alterações (Estatuto dos Servidores do Município de Fortaleza). Disposições preliminares (arts. 1º ao 4º). Do Provimento dos Cargos e Da Reintegração (arts. 5º ao 38). da Vacância e Substituição (arts. 39 ao 43). Dos Direitos e vantagens a Da Disponibilidade e do Aproveitamento (arts. 44 ao 129). Da Previdência e da Assistência a Do Pecúlio (arts. 130 ao 165). Do Regime Disciplinar e Das Penalidades (arts. 166 ao 185) 23
Lei Complementar Municipal 298, de 26 de abril de 2021 23
Uso e abuso do poder 42
Serviço Público 42
Lei nº 8.666/1993 60
Lei n. º 14.133/2021 e suas alterações (Lei de licitações e contratos administrativos) 102
Princípios e definições. Contratação direta, inexigibilidade e dispensa de licitação. Modalidades de licitação 175
Contratos administrativos 191
Controle e responsabilização da administração. Controles administrativo, judicial e legislativo 206
Responsabilidade civil do Estado 213
Bens públicos 220
Exercícios 225
Gabarito 228

SUMÁRIO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Noções de sistema operacional (ambientes Windows) 1
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambiente Office). 28
Redes de computadores. 38
Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de navegação (Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox). 47
Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Zimbra e-mail). 53
Sítios de busca e pesquisa na Internet. 56
Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 59
Segurança da informação. Procedimentos de segurança.Aplicativos para segurança (antivírus, firewall e antispyware). 62
Noções de vírus, worms e pragas virtuais. 65
Procedimentos de backup. 69
Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage). 70
Exercícios 71
Gabarito 75

NOÇÕES DE ESTRATÉGIA, PLANEJAMENTO E PROJETOS

Fundamentos de estratégia e de planejamento. Conceitos sobre estratégia. Conceitos sobre planejamento. Tipos e níveis de planejamento. Conceitos sobre planejamento estratégico. Definição de negócio, missão, visão e valores organizacionais Objetivos estratégicos 1
Projetos. Principais conceitos. 12
Exercícios 13
Gabarito 15

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FISCAL

O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas 1
Federalismo fiscal 1
Orçamento público no Brasil. Plano Plurianual (PPA). Lei de diretrizes orçamentárias (LDO). Lei orçamentária anual (LOA) 2
O Sistema Tributário Nacional 2
Competência tributária 3
Limitações da competência tributária 7
Os impostos federais, estaduais e municipais 8
Receitas públicas municipais 14

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Despesas públicas municipais constitucionais 15
Participação social no controle dos recursos públicos 15
Educação fiscal 16
Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Princípios, conceitos, transparência na gestão fiscal. Limites de gasto com pessoal 18
Exercícios 18
Gabarito 31

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Estado, Governo e Sociedade: conceito e evolução do Estado contemporâneo 1
Aspectos fundamentais na formação do estado brasileiro 2
teorias das formas e dos sistemas de governo 7
Administração Estratégica 8
Organização do Estado e da gestão 18
Departamentalização; descentralização; desconcentração 32
Os agentes públicos e a sua gestão, normas legais e constitucionais aplicáveis 34
Serviço de atendimento ao cidadão 55
Governança na gestão pública 64
Exercícios 72
Gabarito 76

FLUÊNCIA EM DADOS

Conceitos, atributos, métricas, transformação de Dados 1
Análise de dados. Agrupamentos. Tendências. Projeções 7
Conceitos de Analytics 14
Aprendizado de Máquina 18
Inteligência Artificial 27
Processamento de Linguagem Natural 32
Governança de Dados: conceito, tipos (centralizada, compartilhada e colegiada) 37
Ciência de dados: Importância da informação. Ciclo de vida do processo de ciência de dados 40
Big Data. Big Data em relação a outras disciplinas 45
Papeis dos envolvidos em projetos de Ciência de dados e Big Data 64
Computação em nuvens 64
Arquitetura de Big Data 70
Modelos de entrega e distribuição de serviços de Big Data 70

Plataformas de computação em nuvem para Big Data 70
Transformação digital 70
Exercícios 71
Gabarito 81

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas 1

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Modelos de gestão de pessoas 1
Gestão de pessoas por Competências. Conceito e tipologia de competências. Identificação e priorização de competências. Mapeamento de perfis profissionais por competências 4
Recrutamento e seleção de pessoal no setor público 18
Estatuto do Servidor (LEI Nº 6.794, DE 27 DE DEZEMBRO 1990) 26
Seleção por competências 26
Análise de cargo: objetivos e métodos; 26
Avaliação de perfil comportamental: teorias, métodos e técnicas 28
Treinamento e Desenvolvimento (T&D). Identificação das necessidades de treinamento por competência. O papel do T&D nos programas de gestão de competência 66
Avaliação e gestão de desempenho,Conhecimento, aprendizagem e desempenho humano 75
Teorias da motivação 76
Percepção, atitudes, valores e diferenças individuais 79
Comunicação interpessoal 81
Relacionamento interpessoal 84
O comportamento social, a dinâmica dos grupos e o desenvolvimento de equipes 87
Teorias e técnicas de dinâmica de grupo 88
Liderança: teorias 88
Clima organizacional. Cultura organizacional 94
Métodos e técnicas de pesquisa organizacional 100
Orientação para aposentadoria nas organizações públicas 104
Lei Complementar Nº 298, de 26 de abril de 2021 109
Discriminação e assédio moral no trabalho, Lei Nº 10.427, de 14 de dezembro de 2015 109

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Psicologia da saúde 116

Ações básicas de saúde: Promoção, Prevenção, Reabilitação 121

Equipes interdisciplinares. interdisciplinaridade e multidisciplinaridade em saúde..... 116

Relação entre trabalho, processos de subjetivação e processos de saúde e adoecimento relacionado ao trabalho 129

Qualidade de vida no trabalho. Fatores de risco ocupacional e saúde mental no ambiente de trabalho, prevenção, identificação, avaliação desses fatores e promoção da saúde; Segurança Psicológica, Doenças mentais relacionadas ao trabalho 133

Papel profissional, atribuições e competência técnica do psicólogo nas organizações 138

Código de Ética Profissional do Psicólogo e resoluções do Conselho Federal de Psicologia 143

Exercícios 148

Gabarito 155

Língua Portuguesa

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.

"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

Raciocínio Lógico

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certeiro, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as proposições.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve afirmar algo, acompanhado de um verbo (é, fez, não notou e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase não é uma proposição.

Há também o caso de certas frases que podem ser ou não proposições, dependendo do contexto. A frase “N>3” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N, caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de sentenças abertas, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, …)

Seja a proposição p: Carlos é professor

Uma outra proposição q: A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

^: e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever p ^ q.

v: ou (um ou outro) ou disjunção

p v q: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

v̇: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

p v q: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

¬ ou ~: negação

~p: Carlos não é professor

->: implicação ou condicional (se… então…)

p -> q: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real

□: Se, e somente se (ou bi implicação) (bicondicional)

Legislação Específica

Os representantes do povo do Município de Fortaleza, reunidos em Assembleia Municipal Revisora, buscando a realização do bem-estar comum e as aspirações sociais, econômicas, culturais e históricas, invocando a proteção de Deus, adotam e promulgam a presente Lei Orgânica.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1°- O Município de Fortaleza, unidade integrante do Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, organiza-se de forma autônoma em tudo que diz respeito a seu peculiar interesse, regendo-se por esta Lei Orgânica e as demais leis que adotar, observados os princípios da Constituição Federal e Estadual.

§ 1º - Esta Lei estabelece normas auto aplicáveis, excetuadas aquelas que expressamente dependam de outros diplomas legais e regulamentares.

§ 2º- São símbolos oficiais do Município: a bandeira, o hino e o brasão, além de outros representativos de sua cultura e história que sejam estabelecidos em lei.

Art. 2º- O Município, entidade básica autônoma da República Federativa do Brasil, garantirá vida digna aos seus munícipes e será administrado com base na legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e participação popular, devendo ainda observar, na elaboração e execução de sua política urbana, o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, o equilíbrio ambiental e a preservação dos valores históricos e culturais da população.

Parágrafo único-A organização administrativa do Município de Fortaleza será descentralizada.

Art. 3º - Todo cidadão tem o direito de requerer informações sobre os atos da administração municipal, sendo parte legítima para pleitear, perante os poderes públicos competentes, a declaração de nulidade ou anulação de atos lesivos aos patrimônios público, histórico e cultural.

Art. 4°- O Município protegerá o consumidor, estabelecendo, por leis, sanções de natureza administrativa, econômica e financeira às violações ou ofensas aos seus direitos Parágrafo único. Caberá ao órgão específico do Município, dotado de autonomia orçamentária e financeira, a fiscalização, autuação, mediação de litígios e todos os demais atos necessários para a salvaguarda eficaz dos usuários dos seus serviços e do consumidor em geral.

Art. 5º- A iniciativa popular de lei, o plebiscito, o referendo, o orçamento participativo e o veto popular são formas de assegurara efetiva participação do povo nas definições das questões fundamentais de interesse coletivo.

Parágrafo único- O veto popular não alcançará matérias que versem sobre tributos, organização administrativa,servidores públicos e seu regime jurídico, funções ou empregos públicos, aumento de remuneração de pessoal, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, criação, estruturação e atribuições das secretarias e órgãos da administração pública.

Art. 6º-Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – órgãos colegiados de políticas públicas;

II – debates, audiências e consultas públicas;

III – conferência sobre os assuntos de interesse público;

IV – iniciativa popular de planos, programas e projetos de desenvolvimento;

V – a elaboração e a gestão participativa do Plano Plurianual, nas diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para a sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 7º- Os direitos e as garantias expressos nesta Lei Orgânica não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição Federal e por ela própria.

Ética no Serviço Público

São duas ciências de conhecimento que se diferenciam, no entanto, tem muitas interligações entre elas.

A moral se baseia em regras que fornecem uma certa previsão sobre os atos humanos. A moral estabelece regras que devem ser assumidas pelo homem, como uma maneira de garantia do seu bem viver. A moral garante uma identidade entre pessoas que podem até não se conhecer, mas utilizam uma mesma refêrencia de Moral entre elas.

A Ética já é um estudo amplo do que é bem e do que é mal. O objetivo da ética é buscar justificativas para o cumprimento das regras propostas pela Moral. É diferente da Moral, pois não estabelece regras. A reflexão sobre os atos humanos é que caracterizam o ser humano ético.

Ter Ética é fazer a coisa certa com base no motivo certo.

Ter Ética é ter um comportamento que os outros julgam como correto.

A noção de Ética é, portanto, muito ampla e inclui vários princípios básicos e transversais que são:

1. O da Integridade – Devemos agir com base em princípios e valores e não em função do que é mais fácil ou do que nos trás mais benefícios

2. O da Confiança/Credibilidade – Devemos agir com coerência e consistência, quer na ação, quer na comunicação.

3. O da Responsabilidade – Devemos assumir a responsabilidade pelos nossos atos, o que implica, cumprir com todos os nossos deveres profissionais.

4. O de Justiça – As nossas decisões devem ser suportadas, transparentes e objetivas, tratando da mesma forma, aquilo que é igual ou semelhante.

5. O da Lealdade – Devemos agir com o mesmo espírito de lealdade profissional e de transparência, que esperamos dos outros.

6. O da Competência – Devemos apenas aceitar as funções para as quais tenhamos os conhecimentos e a experiência que o exercício dessas funções requer.

7. O da Independência – Devemos assegurar, no exercício de funções de interesse público, que as nossas opiniões, não são influenciadas, por fatores alheios a esse interesse público.

Abaixo, alguns Desafios Éticos com que nos defrontamos diariamente:

1. Se não é proibido/ilegal, pode ser feito – É óbvio que, existem escolhas, que embora, não estando especificamente referidas, na lei ou nas normas, como proibidas, não devem ser tomadas.

2. Todos os outros fazem isso – Ao longo da história da humanidade, o homem esforçou-se sempre, para legitimar o seu comportamento, mesmo quando, utiliza técnicas eticamente reprováveis.

Nas organizações, é a ética no gerenciamento das informações que vem causando grandes preocupações, devido às consequências que esse descuido pode gerar nas operações internas e externas. Pelo Código de Ética do Administrador capítulo I, art. 1°, inc. II, um dos deveres é: “manter sigilo sobre tudo o que souber em

— Princípios fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019).

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 estão previstos no art. 1º da Constituição e são:

A soberania, poder político supremo, independente internacionalmente e não limitado a nenhum outro na esfera interna. É o poder do país de editar e reger suas próprias normas e seu ordenamento jurídico.

A cidadania é a condição da pessoa pertencente a um Estado, dotada de direitos e deveres. O status de cidadão é inerente a todo jurisdicionado que tem direito de votar e ser votado.

A dignidade da pessoa humana é valor moral personalíssimo inerente à própria condição humana. Fundamento consistente no respeito pela vida e integridade do ser humano e na garantia de condições mínimas de existência com liberdade, autonomia e igualdade de direitos.

Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pois é através do trabalho que o homem garante sua subsistência e contribui para com a sociedade. Por sua vez, a livre iniciativa é um princípio que defende a total liberdade para o exercício de atividades econômicas, sem qualquer interferência do Estado.

O pluralismo político que decorre do Estado democrático de Direito e permite a coexistência de várias ideias políticas, consubstanciadas na existência multipartidária e não apenas dualista. O Brasil é um país de política plural, multipartidária e diversificada e não apenas pautada nos ideais dualistas de esquerda e direita ou democratas e republicanos.

Importante mencionar que união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal é caracterizada pela impossibilidade de secessão, característica essencial do Federalismo, decorrente da impossibilidade de separação de seus entes federativos, ou seja, o vínculo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios é indissolúvel e nenhum deles pode abandonar o restante para se transformar em um novo país.

Quem detém a titularidade do poder político é o povo. Os governantes eleitos apenas exercem o poder que lhes é atribuído pelo povo.

Além de ser marcado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, a separação dos poderes estatais – Executivo, Legislativo e Judiciário é também uma característica do Estado Brasileiro. Tais poderes gozam, portanto, de autonomia e independência no exercício de suas funções, para que possam atuar em harmonia.

Noções de Direito Administrativo

Conceito

De início, convém ressaltar que o estudo desse ramo do Direito, denota a distinção entre o Direito Administrativo, bem como entre as normas e princípios que nele se inserem.

No entanto, o Direito Administrativo, como sistema jurídico de normas e princípios, somente veio a surgir com a instituição do Estado de Direito, no momento em que o Poder criador do direito passou também a respeitá-lo. Tal fenômeno teve sua origem com os movimentos constitucionalistas, cujo início se deu no final do século XVIII. Por meio do novo sistema, o Estado passou a ter órgãos específicos para o exercício da Administração Pública e, por isso, foi necessário a desenvoltura do quadro normativo disciplinante das relações internas da Administração, bem como das relações entre esta e os administrados. Assim sendo, pode considerar-se que foi a partir do século XIX que o mundo jurídico abriu os olhos para a existência do Direito Administrativo.

Destaca-se ainda, que o Direito Administrativo foi formado a partir da teoria da separação dos poderes desenvolvida por Montesquieu, L'Espirit des Lois, 1748, e acolhida de forma universal pelos Estados de Direito. Até esse momento, o absolutismo reinante e a junção de todos os poderes governamentais nas mãos do Soberano não permitiam o desenvolvimento de quaisquer teorias que visassem a reconhecer direitos aos súditos, e que se opusessem às ordens do Príncipe. Prevalecia o domínio operante da vontade onipotente do Monarca.

Conceituar com precisão o Direito Administrativo é tarefa difícil, uma vez que o mesmo é marcado por divergências doutrinárias, o que ocorre pelo fato de cada autor evidenciar os critérios que considera essenciais para a construção da definição mais apropriada para o termo jurídico apropriado.

De antemão, ao entrar no fundamento de algumas definições do Direito Administrativo,

Considera-se importante denotar que o Estado desempenha três funções essenciais. São elas: Legislativa, Administrativa e Jurisdicional.

Pondera-se que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes, porém, em tese, harmônicos entre si. Os poderes foram criados para desempenhar as funções do Estado. Desta forma, verifica-se o seguinte:

Funções do Estado

> Legislativa

>> Administrativa

>>> Jurisdicional

Poderes criados para desenvolver as funções do estado

> Legislativo

>> Executivo

>>> Judiciário

Infere-se que cada poder exerce, de forma fundamental, uma das funções de Estado, é o que denominamos de FUNÇÃO TÍPICA.

	PODER LEGISLATIVO	PODER EXECUTIVO	PODER JUDICIÁRIO
FUNÇÃO TÍPICA	Legislar	Administrativa	Judiciária
ATRIBUIÇÃO	Redigir e organizar o regramento jurídico do Estado	Administração e gestão estatal	Julgar e solucionar conflitos por intermédio da interpretação e aplicação das leis.

Além do exercício da função típica, cada poder pode ainda exercer as funções destinadas a outro poder, é o que denominamos de exercício de FUNÇÃO ATÍPICA. Vejamos:

WINDOWS 7

O Windows 7 é um dos sistemas operacionais mais populares desenvolvido pela Microsoft[1].

Visualmente o Windows 7 é semelhante ao seu antecessor, o Windows Vista, porém a interface é muito mais rica e intuitiva.

É Sistema Operacional multitarefa e para múltiplos usuários. O novo sistema operacional da Microsoft trouxe, além dos recursos do Windows 7, muitos recursos que tornam a utilização do computador mais amigável.

Algumas características não mudam, inclusive porque os elementos que constroem a interface são os mesmos.

Edições do Windows 7

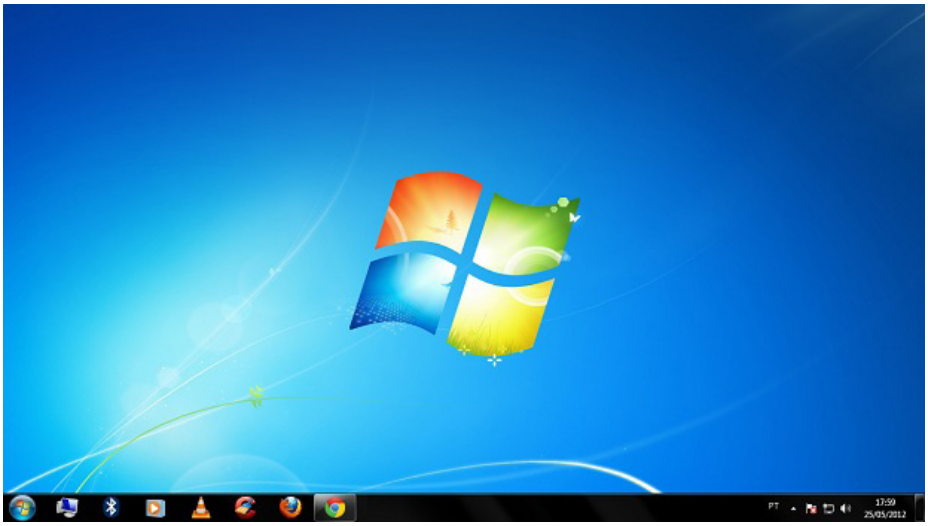
– Windows 7 Starter;

– Windows 7 Home Premium;

– Windows 7 Professional;

– Windows 7 Ultimate.

Área de Trabalho



Área de Trabalho do Windows 7.[2]

A Área de trabalho é composta pela maior parte de sua tela, em que ficam dispostos alguns ícones. Uma das novidades do Windows 7 é a interface mais limpa, com menos ícones e maior ênfase às imagens do plano de fundo da tela. Com isso você desfruta uma área de trabalho suave. A barra de tarefas que fica na parte inferior também sofreu mudanças significativas.

Barra de tarefas

– Avisar quais são os aplicativos em uso, pois é mostrado um retângulo pequeno com a descrição do(s) aplicativo(s) que está(ão) ativo(s) no momento, mesmo que algumas estejam minimizadas ou ocultas sob outra janela, permitindo assim, alternar entre estas janelas ou entre programas.

---

1 https://estudioaulas.com.br/img/ArquivosCurso/materialDemo/AulaDemo-4147.pdf

2 Fonte: https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2012/05/como-ocultar-lixeira-da-area-de-trabalho-do-windows.html

Noções de Estratégia, Planejamento e Projetos

Toda empresa precisa planejar seu futuro. Assim, Oliveira (1998) define o planejamento estratégico como uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização, visando ao melhor grau de interação com o ambiente, considerando a capacitação da organização para este processo de adequação. Este é de grande valia para o administrador, tendo em vista o alcance da otimização da empresa; mas, ao mesmo tempo, é necessário haver um esforço para se antecipar aos possíveis problemas, bem como estar capacitado para usufruir as oportunidades que poderão surgir.

O Planejamento Estratégico (PE) se trata de uma técnica de organização que procura definir qual a melhor maneira (estratégia) de se atingir um objetivo.

De acordo com Hitt, Ireland e Hoskisson[1], o planejamento estratégico deve considerar a análise do ambiente interno e externo para ter as informações de que precisa para formar uma missão e uma visão. Os stakeholders (partes interessadas, aqueles que afetam ou são afetados pelo desempenho de uma empresa) aprendem muito sobre uma empresa analisando a sua visão e missão. Na verdade, uma das finalidades-chave das declarações de missão e visão é informar aos stakeholders o que a empresa é, o que pretende realizar e a quem pretende atender; outra finalidade é fornecer as diretrizes estratégicas para que a empresa formule seu planejamento estratégico.

Os Planejamentos Tático e Operacional fazem parte do Planejamento Estratégico de uma empresa, e são uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela Organização, visando a um maior grau de interação com o ambiente.

As várias definições trazem em comum que a estratégia (1) estabelece os objetivos, (2) o caminho a ser seguido para alcançá-los, (3) levando em consideração o ambiente em que a organização está inserida.

Portanto, existem três tipos de planejamento:

a) Estratégico;

b) Tático;

c) Operacional

A diferença entre eles se refere ao nível hierárquico em que são elaborados, a abrangência em relação às unidades e o período para o qual se referem - como está resumido na figura a seguir:

Figura: Níveis hierárquicos

	Estratégico	Tático	Operacional
Prazo	Longo	Médio	Curto
Amplitude	Toda a organização	Determinado setor	Determinada atividade
Nível Hierárquico	Alta cúpula	Gerências setoriais	Operacional
Riscos	Maiores	Intermediários	Menores

Fonte: Kotler, 2008.

Entendendo melhor o Planejamento Estratégico, Tático e Operacional e suas ferramentas

Impossível falar de Planejamento Tático e Operacional sem citar o que é o Estratégico. Esses três elementos caminham juntos e configuram o que chamamos de Planejamento Estratégico de uma organização. Cada um possui uma função específica dentro do processo de tomada de decisão.

1 Hitt, Ireland e Hoskisson. Administração Estratégica: competitividade e globalização. 2. ed. São Paulo: Tomson Learning, 2008.

Noções de Administração E Gestão Fiscal

Finanças públicas: é a área da economia que lida com a administração dos recursos coletivos, abrangendo, portanto, o controle e a gestão financeira públicas. As finanças públicas integram economia de um país e se tratam basicamente das Receitas e Despesas do Estado, objetos da política fiscal.

Como bem comum da coletividade, as finanças públicas são desempenhadas pelo Estado. Faz parte dessa atividade o recolhimento de recursos dedicados à assistência das necessidades coletivas essenciais incorporadas à estrutura jurídico-constitucional, cumpridas por meio da prestação de serviços públicos, da intervenção na esfera econômica, da prática lícita do poder de polícia e do incentivo às atividades de interesse da sociedade.

O objetivo da atuação do Governo nas financias públicas é garantir, primordialmente, crescimento e estabilidade à nação. Além disso, ao interferir na economia, o Estado visa à correção das deficiências mercadológicas e desvirtuamentos de mercado, à garantia da estabilidade, à melhoria da distribuição de renda, ao aumento dos índices de emprego, entre outros objetivos.

Política Econômica: é a forma de intervenção do Estado na economia do país, e ocorre com base nos diversos tipos de política que integram as finanças públicas, ou seja, por meio das políticas monetária, cambial, fiscal e regularia.

Nos dias de hoje, diante das recessões econômicas internacionais de 2008 e 2012, duas grandes ações nas esferas econômicas das nações foram fortalecidas. São elas: 1) a intervenção governamental nas fianças públicas visando à prevenção da crise, à manutenção da estabilidade e ao incentivo do crescimento econômico; 2) o uso do orçamento público como instrumento primordial dessa intervenção.

Federalismo fiscal

Para se compreender o que é Federalismo Fiscal, é necessário entender, também, o conceito geral de Federalismo e o que é Descentralização. Vejamos daca um deles a seguir:

Descentralização, basicamente, é o poder sendo redistribuído de forma mais democrática, visto que é resultado da participação de todos (seja pessoa física ou jurídica), incluindo aqueles que não podiam, até o momento, manifestar-se acerca do tema que foi alvo da descentralização.

Federalismo

O Federalismo surgiu, primeiramente, em países com grande extensão territorial, que diante dessa dimensão, viram a necessidade de descentralização do poder que o governava. Em tais países, existem diversidades de todos os tipos (climáticas, econômicas, sociais, culturais, etc.), o que acarreta, consequentemente, na diversidade de prioridades e necessidades de uma região para a outra. O Federalismo é o modo como o estado se organiza, no qual os entes confederados ficam munidos de independência política, administrativa, financeira e tributária. Nessa estrutura, os entes se associam e, por meio de um acordo federativo, formam um governo central.

Quanto ao Federalismo Fiscal, trata-se da divisão do pacto federativo responsável pela atribuição para cada organismo da federação a sua responsabilidade na alocação dos recursos públicos, bem como a prestação de bens e serviços coletivos à sociedade; a competência e autorização para arrecadar uma dada espécie de tributo; a distribuição de receitas tributárias entre esses entes. Melhor dizendo, o Federalismo Fiscal é a repartição das responsabilidades entre os distintos níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal) ao atribuir competências tributárias e ônus de gasto público aos âmbitos governamentais, fomentando, assim, a descentralização econômica. Assim, de acordo com as ações que o caracterizam, o federalismo fiscal pode servir como um eficiente instrumento de gestão política capaz de suprimir as desigualdades de todo tipo entre as regiões de um país

Noções de Gestão Pública

CONCEITOS

Estado

O Estado soberano, traz como regra, um governo, indispensável por ser o elemento condutor política do Estado, o povo que irá representar o componente humano e o território que é o espaço físico que ele ocupa.

São Características do Estado:

- Soberania:.No âmbito interno refere-se à capacidade de autodeterminação e, no âmbito externo, é o privilégio de receber tratamento igualitário perante os outros países.

- Sociedade: é o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade.

- Território é a base espacial do poder jurisdicional do Estado onde este exerce o poder coercitivo estatal sobre os indivíduos humanos, sendo materialmente composto pela terra firme, incluindo o subsolo e as águas internas (rios, lagos e mares internos), pelo mar territorial, pela plataforma continental e pelo espaço aéreo.

- Povo é a população do Estado, considerada pelo aspecto puramente jurídico. É o conjunto de indivíduos sujeitos às mesmas leis. São os cidadãos de um mesmo Estado, detentores de direitos e deveres.

- Nação é um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns, e principalmente, por ideais e princípios comuns.

Governo

A palavra governo tem dois sentidos, coletivo e singular.

- Coletivo: conjunto de órgãos que orientam a vida política do Estado.

- Singular: como poder executivo, órgão que exerce a função mais ativa na direção dos negócios públicos. É um conjunto particular de pessoas que, em qualquer tempo, ocupam posições de autoridade dentro de um Estado, que tem o objetivo de estabelecer as regras de uma sociedade política e exercer autoridade.

Importante destacar o conceito de governo dado por Alexandre Mazza: "... é a cúpula diretiva do Estado, responsável pela condução dos altos interesses estatais e pelo poder político, e cuja composição pode ser modificada mediante eleições."

O governo é a instância máxima de administração executiva, geralmente reconhecida como a liderança de um Estado ou uma nação. É formado por dirigentes executivos do Estado e ministros.

Os conceitos de Estado e Governo não podem ser confundidos, já que o Estado é um povo situado em determinado território, composto pelos elementos: povo, território e governo.

O governo, por sua vez, é o elemento gestor do Estado. Pode-se dizer que o governo é a cúpula diretiva do Estado que se organiza sob uma ordem jurídica por ele posta, a qual consiste no complexo de regras de direito baseadas e fundadas na Constituição Federal.

Sociedade

A sociedade classifica-se como uma rede de relacionamento entre pessoas, uma comunidade interdependente e organizada, ou seja, um grupo de indivíduos que formam um sistema semiaberto, no qual a maior parte das interações é feita com outros indivíduos pertencentes ao mesmo grupo.

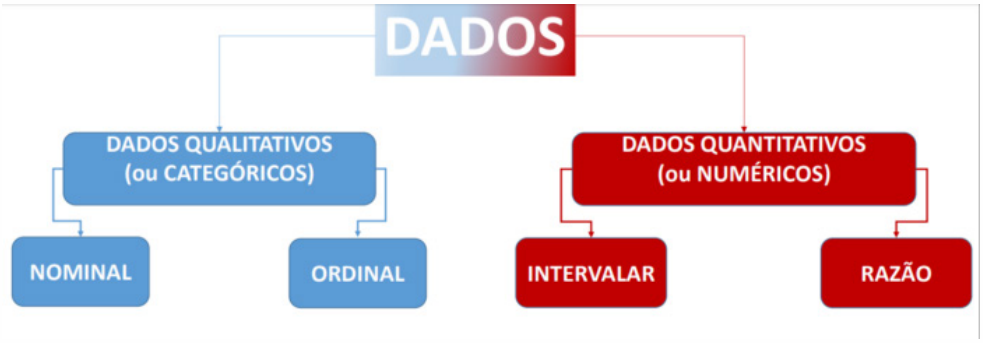
Na sociedade o conjunto de pessoas compartilham propósitos, preocupações e costumes, e interagem entre si constituindo uma comunidade.

CONCEITOS, ATRIBUTOS, MÉTRICAS, TRANSFORMAÇÃO DE DADOS

Dados

Os dados são tão importantes para Ciência de dados quanto a ciência é para facilitar nossa vida. Existem diversos tipos deles[1].

Antes de falar sobre os tipos de dados, precisamos primeiro definir alguns termos que serão frequentemente usados posteriormente, um deles é o dataset. Um dataset, se traduzido literalmente é um conjunto de dados, mas essa não é uma boa representação pois conjunto de dados passa uma ideia muito mais abrangente, um dataset é sim um conjunto de dados, porém com uma estrutura bem definida e que normalmente pode ser descrito em formato de tabela.



Dados Numéricos

Dados numéricos são dados representados por números como o nome sugere, estes dividem-se em dois subgrupos: Discretos e Contínuos.

Os discretos representam valores inteiros, como “a quantidade de vezes que eu alunos que fecharam uma prova” ou “quantos passos eu gasto pra chegar no IMD”, são valores aos quais não faz sentido ter um valor quebrado/fração.

Enquanto os contínuos servem para representar esse outro universo em que as os valores podem ser quebrados como “a velocidade média dos carros de fórmula um durante o GP do Brasil” ou “o K/D de um jogador durante uma partida de rainbow six siege”.

Dados Categóricos

Dados categóricos são aqueles decorrentes de observações de variáveis categóricas, ou seja, que identificam um caso para cada categoria. São divididos em dois tipos: nominais e ordinais.

ados nominais são uma subclasse de dados categóricos, ou seja, seus valores são divididos em categorias. Ao obtermos uma variável nominal, não podemos afirmar que ela possui relação de maior, menor ou qualquer outra medida com outra variável.

Uma variável nominal é apenas igual ou diferente de outra. Assim, não possuímos nenhuma ordenação entre categorias, viabilizando tratamento de campos que não são mensurados, como cor de cabelo, tipo sanguíneo, gênero musical e outros.

Já os dados ordinais são usados quando existe uma ordenação entre as categorias. Exemplos: escolaridade (1º, 2º, 3º graus), estágio da doença (inicial, intermediário, terminal), mês de observação (janeiro, fevereiro,…, dezembro).

Entretanto, as distinções são menos rígidas do que a descrição acima insinua. Uma variável originalmente quantitativa pode ser coletada de forma qualitativa.

1 LUCENA, W. Tipos de atributos e dados.

FGTS poderá ser usado para pagar até 12 parcelas atrasadas do imóvel

Quem estiver em débito com financiamento poderá amortizar prestações não pagas com o valor do benefício a partir desta segunda

A partir dsta segunda-feira, 2, o mutuário inadimplente com a casa própria poderá usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para negociar o pagamento de até 12 prestações em atraso. A medida foi autorizada pelo Conselho Curador do FGTS no último dia 20.

Na ocasião, o Conselho Curador aumentou, de três meses para 12 meses, o limite de uso do saldo do fundo para quitar parcelas em atraso. A medida vale até 31 de dezembro. O uso do FGTS para reduzir o valor de prestações futuras ou abater atrasos inferiores a 90 dias existe há bastante tempo, mas a destinação dos recursos para pagar mais de três parcelas atrasadas, até agora, exigia autorização da Justiça.

De acordo com o Conselho Curador, atualmente 80 mil mutuários de financiamentos habitacionais têm mais de três parcelas em atraso e são considerados casos de inadimplência grave. Desse total, 50% têm conta vinculada ao FGTS.

Na última quarta-feira (27), a Caixa Econômica Federal, que administra o FGTS, atualizou as regras que regulamentam as contas do fundo. Segundo o banco, os recursos do Fundo de Garantia serão sacados em parcela única, com o valor debitado sendo usado para negociar as prestações em atraso.

Procedimentos

O trabalhador interessado em quitar parcelas não pagas deve procurar o banco onde fez o financiamento habitacional. O mutuário assinará um documento de Autorização de Movimentação da Conta Vinculada do FGTS para poder abater até 80% de cada prestação, limitado a 12 parcelas atrasadas.

O mecanismo só vale para imóveis avaliados em até R$ 1,5 milhão e haverá restrições. Quem usou o saldo de alguma conta do FGTS para diminuir o saldo devedor e o número de prestações não poderá usar o fundo para quitar prestações não pagas antes do fim desse intervalo. O prazo é com base na data da última amortização ou liquidação.

Na nova versão do Manual do FGTS, atualizada pela Caixa, os critérios para poder fazer o saque são os mesmos dos trabalhadores que usam o dinheiro do fundo para comprarem ou construírem a casa própria. O trabalhador deverá ter contribuído para o FGTS por, pelo menos, três anos, em períodos consecutivos ou não, não poderá ter outro imóvel no município ou região metropolitana onde trabalha ou mora e não poderá ter outro financiamento ativo no Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Bolsonaro vai a ato por “destituição” de ministros do STF em Brasília e envia vídeo a aliados em São Paulo

O presidente falou em “lealdade” aos que acreditam em seu governo.

O presidente Jair Bolsonaro fez uma rápida participação no ato organizado em Brasília por seus apoiadores contra o Supremo Tribunal Federal (STF) e em defesa do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), que foi condenado a oito anos e nove meses de prisão por ataques à democracia, mas recebeu perdão presidencial. Ele chegou por volta de 11h30 e não discursou. Já em São Paulo, sem participar presencialmente, Bolsonaro optou por enviar um vídeo transmitido por um telão na tarde deste domingo, (1º), a aliados que se reuniam na Avenida Paulista. O presidente falou em “lealdade” aos que acreditam em seu governo.

“Essa manifestação é pacífica como todas as demais em defesa da Constituição, da família e da liberdade”, disse Bolsonaro, por vídeo. “Devo lealdade a todos vocês, temos um governo que acredita em Deus, respeita os seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo.” Ele também voltou a dizer que o “bem sempre vence o mal” e que estará “sempre ao lado da população brasileira”.

Conhecimentos Específicos

É o método dentro da administração, que abrange um conjunto de técnicas dedicadas a extrair a máxima competência do indivíduo dentro da organização.

As tarefas dessa gestão são:

• Desenvolvimento de líderes

• Atração

• Conservação

• Administração

• Reconhecimento

• Orientação

Utilizando uma série de estratégias administrativas, a Gestão de Pessoas compreende e ocupa-se com os interesses do indivíduo dentro da organização, dedicando-se principalmente pelo espírito de equipe, sua motivação e qualificação. É o conjunto integrado de processos dinâmicos e interativos, segundo a definição de **Idalberto Chiavenato** (escritor, professor e consultor administrativo, atua na área de administração de empresas e recursos humanos). Nela encontramos ferramentas que desenvolvem habilidades, comportamento (atitudes) e o conhecimento, que beneficiam a realização do trabalho coletivo, produzindo valor econômico (Capital Humano).

Dedica-se a inserir melhoradas práticas de gestão, garantindo satisfação coletiva e produtividade otimizada que visa alcançar resultados favoráveis para o crescimento saudável da organização.

Histórico

O departamento pessoal foi iniciado no século XIX. Com a responsabilidade apenas de medir os custos da empresa, produtividade não era o foco. Os colaboradores eram apenas citados como Ativo Contábil na empresa. Não havia amplas relações de motivação, ou de entendimento de ambiente organizacional com o indivíduo ou vice-e-versa.

A teoria clássica (mecanicista), entendia que o homem teria que ter uma organização racional no trabalho e seria estimulado através de recursos financeiros, falava-se mais na eficiência operacional. O homem era entendido como homem econômico, que seria recompensado e estimulado a partir da quantidade de recursos financeiros que fossem a ele fornecido.

Após isso, a Teoria das Relações Humanas começou a compreender que o homem teria outras demandas e que o ambiente organizacional agora, também influenciava a sua produtividade, passou-se então, a entender o indivíduo a partir da teoria das relações humanas.

Iniciando a CLT, na década de 30 - 50, as leis trabalhistas deveriam ser seguidas e isso deveria ser supervisionado de perto por um responsável, foi aí que a estrutura do RH (Recursos Humanos) começou a ser formada.

Com a evolução do RH, a partir dos anos 70 o foco voltava-se então para pessoas e não para o burocrático e operacional apenas. Tornando a estrutura mais humanizada inicia-se então, o conceito do planejamento estratégico para conservar talentos e engajar a equipe, motivando-a; mais tarde chamaríamos de **Gestão de Pessoas**.

Processo evolutivo

1º DEPARTAMENTO PESSOAL	Contabilidade e processos relacionados a contratação e demissão de funcionários: burocracia
2º GESTÃO DE PESSOAS	Treinamento e desenvolvimento do indivíduo e suas capacidades, potencializando-as: comunicação, manutenção